

DESAFIOS E LIMITES DO FEMINISMO ESTATAL NO BRASIL

Milena Cristina Belançon - UEM¹

O ativismo institucional, caracterizado pela atuação de militantes na burocracia estatal, foi adotado pelos movimentos feministas no Brasil principalmente a partir da redemocratização, momento em que as mulheres passaram a buscar vias de luta por direitos para além das instâncias tradicionais de voto e dos repertórios característicos da ação direta. Nesse trabalho, busca-se contextualizar a trajetória do movimento feminista que adentrou ao Estado e suas dinâmicas uma vez inserido na burocracia institucional. Visa, ainda, analisar a importância desse ativismo “por dentro” do Estado na consolidação de políticas para mulheres, abordando seus ganhos, e também seus limites e impactos que gera no Estado e nos próprios movimentos. Para tanto, parte-se de revisão bibliográfica sobre o tema e entrevistas com as atoras dessa temática, ou seja, feministas estatais. O recorte foi feito no intuito de compreender a dinâmica de tal participação em cargos públicos não eletivos, pensando nestes como uma alternativa às eleições e também como uma chance, que contém riscos e limites intrínsecos, de alargar os campos de ação do movimento feminista.

Palavras-chave: Feminismo, Ativismo, Estado

GT 1 – Sociedade civil, Ação coletiva e Instituições políticas.

¹Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, cursando bacharelado em Ciências Sociais na mesma instituição; milenabelancon@gmail.com.

Introdução

No contexto de mudanças ocorridas a partir da redemocratização brasileira a bibliografia trata de uma nova forma de ativismo, buscando atuar por dentro da burocracia estatal, o chamado “ativismo estatal” se ocupa de cargos públicos e intervenções diretas na produção das políticas públicas.

Diversos movimentos optaram por essa via e no trabalho em questão buscou-se entender a trajetória do movimento feminista – ou parte dele – que adentrou ao Estado, e suas dinâmicas uma vez inserido na burocracia institucional. A esta participação “intraestatal” a bibliografia deu o nome de “ativismo institucional”, definido por Domitilla Cayres (2015) como o ativismo que se refere

àqueles participantes de movimentos sociais que ocupam status formais dentro do governo, que perseguem objetivos do movimento através dos canais burocráticos, que têm rotina como membros políticos [...] (CAYRES, 2015, p.62).

O recorte foi feito tendo em vista que esse tipo de ativismo ganhou espaço nos movimentos feministas e resultou em grandes reflexões a partir desse campo, principalmente por ser uma opção aos cargos eletivos, locus de difícil acesso por parte das mulheres.

Tendo em vista esses entraves colocados às mulheres para atingir cargos de poder, o interesse por esse tipo de ativismo se dá no sentido de explorar a participação feminista em cargos públicos não eletivos, pensando nestes como alternativa às eleições tendo em vista a histórica sub-representação feminina por essas vias e além disso, como uma alternativa para aumentar a representatividade das mulheres.

A questão da representação é muito debatida entre teóricas políticas feministas como um fator determinante da democracia. Tendo em vista que muitas vezes a causa da sub-representação se dá por grupos posicionados estruturalmente em desvantagem na sociedade terem mais dificuldades para adentrar determinadas arenas, a consequência desse fenômeno é a injustiça dos processos decisórios, por não contarem com os pontos de vista de tais minorias (YOUNG, 2006).

O objetivo do trabalho portanto, consiste em analisar os ganhos e os limites desse tipo de ativismo, assim como os impactos que gera no Estado e no próprio movimento. Para tanto, em uma primeira parte coloca-se revisão bibliográfica acerca do tema, localizando mais

precisamente o caso brasileiro e em um segundo momento parto para análises de entrevistas semiestruturadas realizadas com feministas institucionais finalizando com breve conclusão acerca dos achados da pesquisa.

Caminhos do feminismo institucional brasileiro

Antes de tudo, é preciso contextualizar as ondas do movimento feminista brasileiro de acordo com as mudanças ocorridas em nossa sociedade. Ainda que haja muito debate a cerca do uso das ondas no sul global, farei uso desse instrumento a fim de analisar as mudanças na relação Estado e sociedade em nosso contexto.

No Brasil, as primeiras manifestações de mulheres em direção à igualdade foram reflexos do que ocorria na Europa e Estados Unidos em torno do tema da educação para emancipação – guardadas suas particularidades tendo em vista a diferença entre os países capitalistas centrais e os periféricos. Nesse sentido, acompanhando as ondas do feminismo, na década de 1920 o movimento começa a reclamar pelo sufrágio, conquistado na década seguinte.

Outro período de grande destaque da luta do movimento de liberação feminina ocorreu durante as décadas de 60 e 70, onde as mulheres participaram também em organizações clandestinas de esquerda e em grupos guerrilheiros de combate à ditadura militar, instaurada em 1964.

É notável que desde seu cerne os movimentos sociais estavam em conflito com o Estado, no caso do Brasil essa dualidade é justificada principalmente por conta da conjuntura autoritária da ditadura militar, momento de grande mobilização dos movimentos sociais, sendo o berço de muitos destes, que já se criaram em reação a um Estado opressor.

É nesse período que despontam as mobilizações de mulheres e feministas por diferentes pautas, Eva Blay (2008) classifica em duas grandes reivindicações, primeiro relativas à vida cotidiana, pautadas na luta contra carestia, pela instalação de creches e bens urbanos, e segundo à cidadania, dizendo respeito as ações dentro dos partidos políticos e à estrutura do Estado. Mesmo as reivindicações da vida cotidiana revelaram um caráter de gênero dos movimentos sociais, por serem liderados por mulheres e abarcarem pautas do “cotidiano feminino”², e acabavam também rompendo a esfera privada atingindo a esfera

²Tendo em vista a construção social que relaciona as práticas do cuidado quase exclusivamente como responsabilidade das mulheres, discussão central dos feminismos.

pública, servindo como instrumento de emancipação.

Segundo Lúcia Avelar (2015), das atuações dessas mulheres nessas mobilizações juntamente com uma maior participação delas na educação, no mundo do trabalho, movimentos estudantis, decorreram eventos, criação de departamentos femininos dentro dos partidos e dos movimentos sociais e também o empoderamento de mulheres que se tornaram lideranças em seus bairros, comunidades, igrejas, etc.

Segundo Gianordoli-Nascimento et al., (2007) citados por Avelar (2015),

as mulheres atuavam simultaneamente em várias frentes, mesmo não sendo feministas, realizando uma dupla transgressão: a luta contra o regime militar e o questionamento dos códigos tradicionais de conduta. (Gianordoli-Nascimento *apud* Avelar, 2015, p.212)

A participação nesses diferentes movimentos estendeu os horizontes das mulheres, fazendo-as aprender outras formas de fazer política, que extrapolavam os canais partidários, e desse modo construindo-as como atoras políticas e democráticas.

Portanto, com o fim da ditadura em meados da década de 80, mulheres já estavam exercendo ação profissional em militância, por parte de ong's e promovendo a igualdade de gênero através destas, ou seja, a política dessas mulheres reclamava outras vias de acesso que não as instâncias tradicionais, com formas de ativismo inovadoras e também reinventando a relação entre Estado e sociedade. Desse modo os avanços nas pautas feministas foram acontecendo no pós-ditadura mesmo com a pequena presença feminina nas instâncias tradicionais de representação.

A representação extraparlamentar foi, portanto, uma alternativa encontrada em meio as dificuldades para que as pautas feministas chegassem à agenda pública, essa representação é dada também por canais abertos em instâncias do Estado, como os movimentos de mulheres, as redes feministas, ONGs, Orçamento Participativo, Conselhos gestores, conferências temáticas, comissões, secretarias, etc.³ Haja vista que com o advento da redemocratização, depois de muito luta dos movimentos sociais, há uma abertura para a sociedade civil ocupar o Estado, por exemplo, por meio das instituições participativas, implementadas legalmente

³ A representação feminina nas instâncias participativas e particularmente nos conselhos gestores já foi discutida por mim no artigo “BELANÇON, M. C.. Representação feminina nos conselhos gestores: uma análise sobre o Paraná. *Anais Eletrônicos II Seminário Participação Política e Democracia*, Maringá, 2015”, onde comparo conselhos de diferentes áreas e esferas de acordo com o número de cadeiras ocupadas por homens e mulheres, fazendo uso de variáveis institucionais e comportamentais, podendo concluir que a participação feminina nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas no âmbito do Estado do Paraná ainda é limitada e enfrenta os entraves da divisão sexual do trabalho, necessitando ser discutida e ampliada.

através da Constituição de 1988 e melhor difundidas na década de 1990, tendo como sua principal inovação o caráter híbrido em sua composição, mesclando representantes do governo e também da sociedade civil. Segundo Rangel, citada por Avelar (2013)

As mulheres tiveram sucesso em transitar por distintos espaços e influenciar decisões nos três poderes... por meio do novo patamar institucional de intermediação entre Estado e sociedade e de representação nas formas de participação... tornando mais claras as relações entre representação substantiva e descritiva das mulheres e o impacto dos movimentos feministas sobre as políticas. (Rangel *apud* Avelar, 2013, p. 73)

Cayres (2015), afirma que com a consolidação dessas instituições participativas como parte do sistema político brasileiro, a agenda de pesquisa passa a questionar às visões polarizadas postas até então entre Estado e movimentos sociais, buscando conhecer melhor as fronteiras entre a política “das ruas” e a política institucionalizada.

Mas além disso, essa participação institucionalizada ainda levantava críticas por parte de alguns que viam no contato com a máquina burocrática do Estado uma possibilidade deste “contaminar” os movimentos e cooptá-los.

Se tratando particularmente do campo feminista, Alvarez (2014) salienta que por este ser um campo em constante luta política por hegemonia há divergências entre as feministas “autônomas” e as feministas “institucionais”⁴ sendo as primeiras àquelas que negam qualquer tipo de institucionalização do movimentos e as últimas as que tratamos nesse texto como feministas de Estado, ou seja, as que vêem essa relação como estratégica e buscam o avanço de pautas através dela. A autora afirma ainda que, para as autônomas, as feministas que se aliaram de alguma forma ao Estado traíram o movimento feminista ao adentrar a burocracia do Estado, se vendendo a este.

Apesar das disputas internas dentro do movimento feminista, podemos afirmar que a estratégia de ativismo por dentro do Estado é uma importante inserção das feministas na disputa pelos espaços de poder, que segundo Alvarez (2014) tem logrado importantes avanços na legislação e nas políticas públicas, aliada as outras formas de ativismo.

Portanto, essa é uma das formas possíveis de ativismo, que é enriquecida com as outras abordagens, temática abordada também por Mariano (2001) que compreende a ação política como extrapoladora dos limites estatais, e observa então a manutenção dos movimentos exteriores ao Estado como fundamental, até mesmo no sentido de exercer

⁴Termos usados por Alvarez (2014).

pressão nas instituições em consonância com o feminismo institucional.

Os avanços que contaram com o apoio do ativismo institucional feminista incluem desde a Lei Maria da Penha, que trata da criminalização da violência doméstica e do assédio sexual, até a criação de diversas instâncias de mediação específicas das organizações de mulheres e redes feministas com o Estado, como conselhos de mulheres, procuradorias das mulheres, bancadas nacionais, delegações, comissões de assessorias, comissões parlamentares, etc.

Avelar (2013), se aprofunda no Feminismo de Estado expondo as relações entre as redes feministas – citando as principais, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial da Mulheres (MMM) e União Brasileira de Mulheres (UBM) – e as agências estatais. Segundo a autora a interação entre elas é vertical e horizontal o que acaba por compartilhar e fortalecer as temáticas principais com o fim de alcançar visibilidade na agenda pública.

Segundo Avelar (2015),

Femocratas⁵ são feministas que trabalham na burocracia do Estado, influenciando o processo político na formação da agenda pública com os temas de interesse das mulheres, incrementando o debate, enfatizando a sua importância para as mulheres e influenciando nas decisões da burocracia do Estado. (AVELAR, 2015, p. 216)

Como já foi dito, essa estratégia não foi adotada somente pelas mulheres. No contexto de redemocratização advindo com o fim da ditadura, Feltran (2006, p. 373) afirma que essa foi uma aposta de diversos movimentos, que se ancoravam na “possibilidade de migração das demandas e anseios dos movimentos sociais para canais de participação ativa da sociedade civil na gestão e na definição do funcionamento do Estado”. Busca-se então a democratização junto ao Estado, articulando o processo eleitoral com canais de acesso da sociedade civil às instâncias do governo, ideia esta baseada em uma forte promoção de justiça social, é o que mostra também Mariano (2001) ao tratar a incorporação das demandas feministas pelo Estado como um elemento ampliador da democracia.

Sobre o ativismo institucional de diversos movimentos e indivíduos, Cayres (2015) afirma que parte da bibliografia ainda desconsidera que os movimentos sociais façam parte do Estado para alcançar seus objetivos, mas outros vêem isso como uma grande estratégia. A autora parte de diversos exemplos que apontam para o ativismo institucional como uma estratégia de sucesso, o que é apontado também por Avelar (2013), citando exemplos no

⁵ Termo cunhado por feministas australianas para designar as feministas que trabalham no Estado (WATSON, Sophie (org.). *Playing the State: Australian feminist interventions*. London: Verso, 1990)

âmbito da saúde, como a Rede Nacional Feminista de Saúde do Ministério da Saúde e a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, no âmbito da agricultura a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia, no âmbito do Ministério da Justiça, além do Conselho Nacional, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Cayres (2015) ainda faz um levantamento acerca do questionamento das fronteiras entre Estado e movimentos sociais, apontando para uma fronteira bastante difusa, o que também é levantado por Rangel (2013) que trata esse fenômeno como “um novo patamar institucional de intermediação entre Estado e sociedade e de representação nas formas de participação” (Rangel, 2013, p. 11).

Nesse sentido, Cayres destaca a importância da transformação na relação Estado e sociedade atribuída ao perfil político do governo em atuação, trazendo como grande marco desse relacionamento no Brasil a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao executivo de estados, municípios e a Presidência da República. A autora cita a criação de diversas secretarias especiais temáticas, a nomeação de reconhecidos militantes sociais para comando de ministérios e a remodelação da Secretaria-Geral da Presidência da República como exemplos de brechas abertas no Estado para a inserção dos atores sociais. Feltran (2006) destaca que a história de muitos movimentos sociais está intimamente atrelada à história do PT, e essa pode ser uma das explicações para essa entrada dos movimentos no Estado assim que o PT assume o governo.

Feltran (2006) explana sobre as trajetórias individuais de alguns ativistas que passaram a fazer parte do governo quando o PT chegou à presidência, e destaca que a criação de espaços de interlocução entre governo e sociedade estava na agenda política desde o início, partindo do Estado a demanda para que a sociedade civil se reorganizasse de forma a estabelecer uma relação entre estes, desse modo ganhou força o “tipo de relacionamento institucional entre organizações instituídas e o Estado” (FELTRAN, 2006, p. 402).

Segundo a bibliografia, é essencial levar-se em consideração o perfil ideológico do governo sob o qual as ativistas adentram ao Estado. Bohn (2010) afirma que governos de partidos políticos ou coalizões progressistas são considerados mais conducentes tanto à implantação de uma agência de políticas públicas para mulheres (APM), quanto ao incremento de sua força institucional no interior da burocracia estatal. Isso porque partidos progressistas usualmente incorporam em sua plataforma programática questões de equidade de gênero, o que os aproxima dos objetivos do movimento de mulheres e facilita o processo

de legitimação de uma agência de políticas públicas para a mulher.

Pinheiro (2016) também faz coro à essa ideia, enfatizando em seu trabalho a abertura de novos espaços para a interação entre movimento social e Estado no período entre 2003 e 2014, ou seja, enquanto o PT estava na presidência do Brasil. Uma instância bastante relevante nessa temática é a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), cuja criação foi uma demanda da ala feminista do partido dos trabalhadores (PT) e é um exemplo trazido por toda a bibliografia ao tratar desse tema.

Segundo Bohn (2010) a secretaria criada em 2003 exerceu uma dinâmica de cooperação e não de cooptação, como muitas vertentes dos movimentos sociais temiam. A secretaria, munida de status ministerial, aglutinou desde sua criação grande força institucional no interior do aparelho de estado; isto é, tanto de pessoal, capacidade técnica, autonomia decisória para assuntos internos e também recursos financeiros que lhe permitam exercer suas atividades de maneira efetiva.

É nítido que a secretaria vem sofrendo significativos retrocessos desde a entrada de Michel Temer, do Partido da Social Democracia Brasileira (PMDB), na presidência da República em 2016, como a reunião de políticas para minorias em única pasta, extinguindo então a exclusividade da SPM e retirando seu status de ministério, o que desencadeia percas em todas as instâncias.

Portanto, fica explícito o quanto esse tipo de ativismo é influenciado pelo perfil ideológico do governo em questão, o partido que está no poder e as bandeiras defendidas por este.

É importante enfatizar também que essas medidas criam capacidades estatais para as pautas feministas no Estado, ou seja, deixam marcas e fazem ecoar as políticas públicas específicas, como por exemplo, a criação da SPM abriu a demanda para que os estados e municípios criassem pastas específicas para tal política em suas gestões. Essas “marcas” deixadas pela SPM significam a criação de capacidades estatais que possibilitam a inserção de novas atoras em tal realidade.

De acordo com a literatura sobre o tema, as APMs têm maiores chances de êxito em duas situações. Primeiro, quando funcionam sob administrações que aumentem sua força institucional, o que usualmente ocorre sob governos de partidos progressistas e, segundo, quando a relação entre esta e o movimento de mulheres se desenvolve sob uma dinâmica de cooperação. Esses dois elementos são essenciais à capacidade da APM introduzir um olhar de

gênero sobre as políticas públicas.

Portanto, a importância da abertura do Estado a esse ativismo reforça às tensões existentes dentro do próprio movimento e no relacionamento deste com o Estado, fazendo-se salutar repensar a relação entre Estado e Sociedade. Mariano (2001) traz a reflexão de Pinto, que considera a entrada no Estado arriscada no quesito perca de autonomia do movimento, porém, um risco necessário tendo em vista a urgência de alargamento dos campos de ação do movimento.

Já Rangel (2013) afirma que

a ideia de autonomia precisa ser repensada no contexto da democratização, uma vez que, quando militantes assumem cargos no governo ou obtêm sucesso em influenciá-lo de fato, a distinção entre Estado e sociedade civil deixa de ser tão nítida. Assim, é possível que atores estatais contribuam para que grupos ou movimentos ganhem capacidades políticas. (RANGEL, 2013, p. 4)

Bohn (2010) suscita que nem a APM perde sua autonomia decisória nem o movimento de mulheres passa a se confundir com o estado. Pelo contrário, por um lado, a APM continuamente busca criar redes no interior do estado que levem à adoção de uma perspectiva de gênero no processo decisório e, por outro, o movimento de mulheres continuamente exerce pressão sobre o estado para a implementação de políticas públicas que revertam o status desigual das mulheres.

As atoras por elas mesmas

A partir da revisão bibliográfica sobre ativismo institucional e particularmente feminismo institucional, fez-se presente o desejo de incluir um objeto empírico na pesquisa, com fins de acrescentar “vida” ao trabalho. Dessa forma, as entrevistas surgiram como forma de me aproximar do objeto de pesquisa, conhecendo a lógica desse tipo de ativismo a partir das próprias atoras, a partir de uma espécie de história de trajetória, busquei com essas entrevistas conhecer o olhar delas e posteriormente confrontar esses achados com a teoria sobre o tema.

As entrevistas ocorreram durante missão discente na Universidade Federal de

Florianópolis⁶ e as entrevistadas foram escolhidas com auxílio de uma colega ativista feminista da cidade que indicou mulheres reconhecidas por sua luta feminista e ocupantes de cargos na burocracia do município e do estado.

Portanto, as entrevistas foram feitas com mulheres empregadas na burocracia do Estado de Santa Catarina e do município de Florianópolis. Ambas foram muito solícitas ao meu pedido para conversa, e me atenderam no dia 11 de Agosto de 2016 no prédio de seus respectivos trabalhos, ou seja, a Secretaria de Estado de Assistência Social de Santa Catarina e a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres de Florianópolis.

De início já fica bastante delimitado ao meu ver uma diferença bastante importante entre as entrevistadas. Enquanto uma veio do movimento feminista para o Estado, a outra se encontrou com o movimento feminista depois de assumir o cargo e estar em contato com as pautas.

A partir disso, nomeei como entrevistada 1, a assistente social, funcionária concursada da prefeitura de Florianópolis, afastada de sua função por compor cargo comissionado, que conquistou por indicação do partido ao qual faz parte.

A entrevistada 1 afirmou ser militante do movimento feminista desde o final dos anos 90, seu encontro com as pautas feministas se deu a partir da universidade, durante o curso de graduação. A entrevistada é também filiada há 15 anos no PCdoB, Partido Comunista do Brasil.

A entrevistada 2 também assistente social, e trabalhando na Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, que é um órgão vinculado diretamente ao gabinete do prefeito, desde 2009. Ela já havia ocupado cargo de gerência do setor do idoso em gestões anteriores, é por esse fato que ela acredita ter sido procurada para assumir a gerência do setor das mulheres.

Para sistematizar a descrição das entrevistas construí sub-itens, nomeados pelos temas importantes para a bibliografia e que surgiram ao longo das entrevistas.

- **A importância das instâncias participativas**

Tendo em vista o que já foi comentado sobre a importância das instituições participativas para a entrada de mais mulheres nas decisões de poder, podemos contar com a opinião das duas entrevistas, ambas já foram conselheiras e ressaltam a importância desse

⁶Missão financiada pelo Procad/CAPES no âmbito do projeto “Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013).

espaço na consolidação da participação femininas na política. Sobre a importância dessas instâncias, a entrevistada 1 comenta sobre a área da saúde da mulher afirmando que

foi importante o conselho bater pé e reivindicar a permanência dessa área aqui no município na área da assistência social, pois o município queria desfazer o centro de referência ao atendimento à mulher em situação de violência, pra fazer um atendimento no CREAS do município mesmo, e não manter o centro de referência, como um lugar, uma porta de entrada exclusiva pra essa demanda, queria levar tudo para o CREAS mesmo né, junto com todas as outras violações de direitos. Então o conselho municipal conseguir manter isso.

A entrevistada 1 sugere ainda que também fazem parte dos méritos do conselho os membros que o formam, havendo “entrosamento” segundo ela, entre representantes da sociedade civil e do governo, o que ela julga ser essencial para as conquistas dessa instância. Segundo a entrevistada,

Se nós não tivéssemos esse conselho tão bem consolidado já, nós teríamos perdido a muito anos atrás a coordenadoria municipal da mulher, *neh...*, é claro que nós queremos uma secretaria mas nós também não queremos perder o pouquinho que a gente tem.

Já a entrevistada 2 mostra a preocupação com a dinâmica Estado e Sociedade no que se refere ao governo tomar as decisões do conselho para si,

os conselhos são extremamente necessários, porque imagina, se com toda a situação, com toda essa análise, com toda essa fiscalização que os conselhos conseguem fazer, tem muita coisa ainda a ser mudada, a ser olhada, imagina se não existissem os conselhos, então eu acho de extrema importância os conselhos, só tem que tomar cuidado pra que eles não virem braço do governo, troca de favores acabam colocando os seus representantes lá que vão votar só a favor do governo e não a favor das políticas públicas, então é uma coisa que tem q ser muito cuidada. Eu vejo o conselho assim com bons olhos, e gosto.

Outro fator bastante interessante dessa temática é que a entrevistada 1 já participou no mesmo conselho como representante do Estado e em outras gestões como representante da Sociedade Civil. Portanto, como já dito, a separação entre Estado e Sociedade carece ser revista, uma vez que essas sujeitas ancoradas no Estado seja pela participação em conselhos, seja pela ocupação de cargos, podem ser tratadas como sujeitas híbridas.

- **Entrada e atuação no Estado**

Segundo a entrevistada 1, a entrada para a burocracia do Estado se deu a partir da conversa com militantes feministas, principalmente por ser a primeira experiência dela em um cargo de confiança, que ela define como um cargo eminentemente político mas que une também a questão técnica. Justamente por essa questão técnica, a entrevistada 1 afirma que esse caráter a impede de ser propriamente uma representante feminista no Estado, mas acredita que cumpre um papel como assistente social que tem um olhar mais atento pras questões de gênero nas políticas públicas, mas não representante do movimento, uma vez que não lida com políticas específicas. Segundo ela,

o fato de eu ser feminista, de eu ser militante do movimento de mulheres, me coloca um olhar com uma outra perspectiva frente as questões, as demandas e as reivindicações das mulheres e a importância dessas políticas públicas que congregam a secretaria de assistência social do Estado, que é trabalho, habitação, segurança alimentar e assistência social, atinge fortemente a vida das mulheres, principalmente as mulheres que sustentam as famílias.

Portanto, sua atuação como feminista se dá a partir do debate com equipes técnicas, sobre a importância de políticas públicas específicas pras mulheres e sobre as diversas discriminações que as mulheres ainda enfrentam. Ou seja, a estratégia dela se dá a partir do convencimento e disseminação das pautas ainda que de forma ‘informal’, no que podemos chamar de “política dos corredores”. Dessa forma o debate é posto com a estratégia de impactar também outras políticas públicas.

Já a entrevistada 2, que ocupa cargo em órgão específico das mulheres, considera sua atuação como uma representação legítima do movimento feminista, alegando que em todas as decisões tomadas leva em consideração a trajetória de luta do movimento, a articulação e a legitimidade que conquistou, ela ainda diz que *“temos que ter esse cuidado porque não nos representamos, nós representamos algo muito maior que são todos os movimentos.”*

Já vimos anteriormente que o sucesso do feminismo estatal está muito atrelado a relação que este mantém com o movimento, como afirma Bohn (2010) ao dizer que os casos mais exitosos de feminismo estatal são aqueles nos quais há uma dinâmica de cooperação entre uma agência estatal de políticas públicas para mulheres (APM) e as organizações de mulheres, na qual a segunda informa a primeira a respeito dos principais objetivos gerais a serem alcançados.

A partir desse ponto de vista, a entrevistada 2 alega haver ainda barreiras estruturais

para as demandas do movimento feminista, e que para vencê-las faz uso dessas articulações, pactos e redes, pontuando a necessidade de que os projetos pensados nessas redes tornem-se políticas de Estado e não política de governo.

Até mesmo dentro do cotidiano do governo do Estado, ambas as entrevistadas afirmam que existem maciçamente homens ocupando cargos do mais alto escalão, e as mulheres estão mais presentes no segundo escalão. Ou seja, para além das políticas públicas, já é uma resistência ocupar cargos de alto escalão sendo mulher.

Mesmo a entrevistada 2, que opera na política específica de mulheres afirmou, “*em quase tudo aqui as mulheres são maioria, menos no legislativo e no primeiro escalão do governo, no resto tem mulher pra caramba (risos).*”.

Ambas as entrevistadas afirmam ainda que nos cargos públicos há uma limitação imensa em se conseguir executar aquilo que se defende e se reivindica por conta de limitação orçamentária, e também da vontade política dos superiores, ou seja, o que tratamos anteriormente sobre o perfil ideológico da gestão do governo como fator essencial para a execução das demandas dos movimentos e também para a inserção dessas feministas na estrutura estatal.

Com isso podemos criar a hipótese de que a área em que as feministas institucionais atuam é bastante importante para que se sintam representantes do movimento na burocracia, e que provavelmente a área específica de políticas para mulheres é um campo bastante rico para esse fim.

- **Relação entre movimento e Estado**

A entrevistada 1 acredita que os movimentos de mulheres ainda tem o enfrentamento muito grande com o Estado, e portanto conta com o apoio e compreensão dos movimentos frente as limitações que o Estado impõe a sua atuação. Ela afirma fazer questão de ter essa troca com o movimento, e acredita que é por esse motivo que consegue conjugar a militância feminista com a ocupação de um cargo público sem ter tanta antipatia das próprias militantes feministas.

Há um fato bastante interessante sobre a entrevistada 2, que diz respeito a ela ter se encontrado com o feminismo após assumir o cargo na coordenadoria da mulher. O que ela mesmo destaca ter sido problemático pois segundo ela mesma,

E quando eu assumi a coordenadoria [...] eu também não fui muito aceita pelos movimentos de mulheres de Florianópolis por eu não ter vindo de uma militância, não ter uma militância na área da mulher, mas muitas vezes eu fui chamada pra, assim, pra me por à prova, pra saber a que eu tinha vindo, e eu consegui, foi muito bom esse processo porque eu consegui uma legitimidade muito grande da coordenadoria perante a sociedade.

Podemos notar então que houve um estranhamento por conta da entrevistada 2 não ser uma militante feminista, mas segundo ela em uma mudança de gestão do prefeito de Florianópolis ela foi afastada do cargo e o próprio movimento reivindicou sua volta, como descrito por ela

o movimento de mulheres, o conselho da mulher, os movimentos da área LGBT se reuniram e ficaram 2013 todo batalhando para que eu voltasse, e em 2014 eu volto, então, como no começo eu não tinha uma legitimidade, não me conheciam, então elas ficaram me questionando por um bom tempo, até elas entenderem que eu tinha vindo pra trabalhar e pra tentar... ser uma feminista, tanto que uma feminista me disse um dia “Você está se saindo uma excelente feminista”, então já tinha toda uma legitimidade. Aí em 2014 eu volto pra coordenadoria a pedido dos movimentos de mulheres, do conselho da mulher.

É bastante interessante notar duas coisas nesse excerto, a primeira é esse fato de ganhar reconhecimento do próprio movimento, a segunda é que ainda que o movimento feminista tenha suas discórdias com o Estado sem dúvida ele precisa de uma representante legítima lá dentro coordenando a política específica e reclama por esse direito.

Dessa forma, a entrevistada 2 demonstrou que aliou-se ao movimento, aderindo às suas pautas e construindo uma troca de apoio com ele. A logística se dá com reuniões anuais com os movimentos, fazendo uma avaliação do trabalho e também programação para o ano seguinte. Essa reunião é fundamental inclusive porque se define a previsão de orçamento a ser investido no ano seguinte, que deve ser encaminhada ao gabinete do prefeito.

A entrevistada 2 se considera um elo importante entre movimento e Estado e afirma que as mulheres dos movimentos sabem disso. Ela destaca muito o fato de ter sido “buscada” novamente pelo movimento durante seu afastamento da coordenadoria. Nas palavras dela,

Hoje assim eu sou tranquila em dizer que eu me sinto representando-as, e eu sei que ela me olham assim, então no início elas não me conheciam, porque realmente eu não tinha vindo de uma militância feminista, isso caiu por terra, então hoje realmente elas sabem que se tiver que bancar uma briga com o governo, eu vou bancar, eu sei como fazer essa briga, eu sei por onde.. que às vezes da pra avançar, as vezes tem que fazer alguns contornos, fazer outros caminhos, mas que eu vou chegando.. e se em algum momento tiver que brigar mesmo eu também vou brigar, elas sabem que.. então por

isso que o nosso setor, a nossa coordenadoria tem legitimidade, e a gente tem uma visibilidade muito boa em Florianópolis, nós acabamos virando referência pro Estado.

É substancial citar a importância da esfera federal na produção de políticas públicas para mulheres e também nos caminhos abertos para a inclusão dessas feministas na burocracia estatal, como dito pela entrevistada 2,

O SUS, o SUAS são políticas já definidas, estabelecidas, com normas técnicas né? tudo.. e a política da mulher não tem isso, teve um desmonte nacional e isso implicou também aqui embaixo pra nós, esse desmonte do ministério das mulheres e colocando ele agora dentro de um balaio né, não é mais o ministério direto com a presidência da República, tudo isso implica aqui no nosso trabalho e também não ter um fundo, não ter recursos específicos, que essa coisa do fundo como tem a saúde e a assistência também é muito importante, nós não temos isso na área da mulher, tanto que a política da mulher acaba ficando subordinada à assistência, porque hoje quem tá financiando é a assistência e não a política da mulher, tudo isso implica.

Nesse caso, podemos voltar a citar o caso da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres (SPM), que obteve grande força institucional no interior do aparelho de estado, isto é, tanto de pessoal, capacidade técnica, autonomia decisória para assuntos internos e também recursos financeiros que lhe permitam exercer suas atividades de maneira efetiva. E o quanto essa prática reflete também nas esferas estaduais e municipais.

A entrevistada finalizou reforçando que para que haja avanço das pautas feministas dentro do Estado é necessário recursos públicos e vontade política para que sejam pautas prioritárias de Estado e não apenas políticas de governo.

Conclusões

A partir da revisão bibliográfica e das entrevistas realizadas com feministas institucionais destaco alguns achados. Observando o perfil das femocratas e área em que trabalham observa-se que ambas são assistentes sociais e atuam em áreas de políticas sociais, revelando a hipótese de que esses são campos mais abertos à participação dessas mulheres e em atender ainda que minimamente as pautas do movimento feminista.

É salutar destacar também a necessidade bastante pontuada pela bibliografia e impressa também na fala das entrevistas de se buscar uma interação com o movimento feminista “de rua” afim de haver tanto uma “prestação de contas” de quem está dentro do Estado como também o acolhimento das demandas “da rua” por estas. Desse modo, a ativista institucional pode ser vista como uma mediadora entre o movimento social e o Estado, sendo

até mesmo pauta do movimento quem colocar como “sua representante” no Estado nos casos das secretarias de mulheres.

Entretanto, para que essa mediação seja possível, pesa muito o perfil ideológico dos governos. No que se refere a atuação dessas feministas e também na absorção das demandas pelo Estado, é notável que a maioria das políticas para mulheres não são de Estado, mas sim de governo, como apontado pelas entrevistadas, isso faz com que o posicionamento da gestão do governo sobre a questão seja muito relevante. No que tange essa questão é instigante pontuar que podemos observar o curso desse fenômeno no momento presente em nosso país, como destacado anteriormente no texto.

Por fim, pode-se notar uma grande mudança na concepção que mantinha o Estado como uma esfera totalmente à parte da Sociedade, essas fronteiras se confundem e exigem análises que levem isso em consideração para a compreensão dos fenômenos políticos e sociais que se desencadeiam em nossa sociedade.

Referências

ALVAREZ, Sonia E., Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu** [online]. n.43, pp.13-56, 2014.

AVELAR, Lúcia., Movimentos, redes e feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. **Cadernos ADENAUER**. São Paulo, v. XIV, p. 71-88, 2013

AVELAR, Lúcia., Mulher, gênero e política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, p. 207-223. 2015

BLAY, Eva A., Mulheres, Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Estado. In: COSTA, Ana A. A.; SARDENBERG, Cecília M. B. (orgs.). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas organizadoras**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, p. 377-387. 2008.

BOHN, Simone R., Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.4, n.2, p. 81-106, jul.-dez. 2010.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República: a Secretaria Nacional de Articulação Social no governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015

FELTRAN, Gabriel de S., Deslocamentos - trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 371-416. 2006.

MARIANO, Silvana A., Feminismo e Estado: Desafiando a Democracia Liberal. **Revista Mediações**. Londrina, v.6, n.2, p. 1-26. jul/dez 2001.

PINHEIRO, Marinta B., Feminismo e sua trama de relações: sobre os desafios à transformação do Estado. In: 10º Encontro ABCP. **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 2016.

RANGEL, Patricia., Feminismo de Estado e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais eletrônicos**. Florianópolis, 2013.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**. (online) n.67, pp. 139-190. 2006.